

Políticas Públicas para as mulheres e a atuação do Serviço Social

Ciomara Maria Santos

Universidade Federal Fluminense

marasantos1@yahoo.com.br

Resumo

O artigo trata do tema referente as políticas públicas para as mulheres, destacando a atuação de profissionais do Serviço Social, buscando traçar o processo histórico da forma como essas foram constituídas no Brasil e a participação do movimento feminista para inclusão da temática na agenda governamental. A análise está distribuída em três partes, na primeira traz aspectos da história de luta do movimento feminista no Brasil contemporâneo, a segunda traça o processo de constituição das políticas públicas na agenda governamental e na terceira e última parte a atuação de profissionais do serviço social nas políticas públicas para as mulheres. A atuação do serviço social na área temática enfrenta um período crucial da sua trajetória, sendo necessário alimenta-se das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo construindo nas últimas décadas e que mudou o perfil da atuação profissional do serviço social no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Movimento Feminista. Serviço Social.

Abstract

The article deals with the theme related to public policies for women, highlighting the work of Social Work professionals, seeking the historical process of the way they are constituted in Brazil and the participation of the feminist movement for the inclusion of the thematic government agenda. The analysis is divided into three parts, the first brings aspects of the history of the feminist movement in contemporary Brazil, the second outlines or the process of constitution of public policies in the government agenda and the third and last part in the professional performance of social services in policies. public services for women. The work of social work in the thematic area faces a crucial period of its trajectory, being necessary to feed the theoretical, organizational and ethical bases of the collective project building in recent weeks and changing the professional work profile of social work in Brazil.

Keywords: Public Policy. Feminist Movement. Social Service.

1 Introdução

Ao escolher fazer uma reflexão sobre a presença de Assistentes Sociais nas políticas públicas para as mulheres, este artigo pretende ser mais uma contribuição para a compreensão da atuação profissional junto as estratégias governamentais em resposta as lutas por reconhecimento, redistribuição e representação do movimento feminista. O conteúdo apresentado faz parte da pesquisa “Políticas Públicas para as Mulheres no âmbito do Estado do Rio de Janeiro” desenvolvida no Programa de Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. A análise está distribuída em três partes: na primeira traz aspectos da história de luta do movimento feminista no Brasil; a segunda traça o processo de constituição das políticas públicas na agenda governamental; e na terceira e última parte, a atuação de profissionais do serviço social nos Organismos de Políticas para as mulheres.

2 História de luta do movimento feminista no Brasil contemporâneo

O debate em torno das lutas sociais nos últimos anos concentra-se na polêmica sobre a justiça envolvendo o reconhecimento, a redistribuição e a representação. A abordagem sobre as lutas sociais das mulheres no presente artigo tem como referência o modelo de status defendido por Nancy Fraser(2009-2013), por combinar redistribuição, reconhecimento e a representação enquanto uma questão de justiça. É importante ressaltar que as mulheres tem atuação em lutas diversificadas. Portanto, é pertinente o resgate de aspectos relevantes sobre a história de luta das mulheres que visa a igualdade nas relações de gênero.

O movimento feminista é a maior representação do movimento de mulheres, incluindo as organizações de feministas negras. Sendo assim, o foco da análise sobre a questão é a agenda feminista que vai desde da compreensão de organizações que se expressam por meio do corpo para tratar da questão da liberdade até as que buscam por autonomia em diferentes formas. A história do feminismo é apresentada por diferentes estudos por meio de divisão temporária identificadas como ondas.

A Primeira Onda acontece entre o final do século XIX e início do XX, mais precisamente Pós Revolução francesa que influenciou diretamente no contexto político, cultural e econômico no mundo ocidental.¹ A Primeira Onda era pela promoção da igualdade

¹ A partir da instauração de uma sociedade burguesa e da economia capitalista que mediante ideias iluministas e sob o lema “liberdade, igualdade e fraternidade” apresentaram uma alternativa de sociedade democrática. Porém

nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres, a outra demanda era o fim dos casamentos arranjados e da propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) por seus maridos. Alguns estudos apontam esse período como um movimento liderado por mulheres brancas de classe média, contudo, as mulheres negras estavam na luta e há muitos anos porém não se intitulavam em sua maioria feministas.

A Segunda Onda feminista iniciada nas décadas de 60 e 70 do século XX, considerada a retomada da luta das mulheres por direitos políticos, econômicos e sociais que teve um período de estagnação por conta das repressões, período de revoluções. Muitas feministas participaram das lutas registradas no cenário internacional, como o movimento hippie, as manifestações estudantis, mobilizações contra a guerra do Vietnã e da América Latina. Anterior a essa fase, alguns acontecimentos motivaram a reorganização das feministas, desta vez a influência acadêmica com a divulgação de estudos como a de Simone de Beauvoir² que tratou das relações patriarcais em seu livro “O segundo sexo”. A filósofa influenciou a escritora inglesa Betty Friedan³ que motivada com o estudo da Beauvoir escreveu a “Mística Feminina” em 1963, sobre a forma como a imagem da mulher, era veiculada na mídia, mais especificamente, a mulher branca, com um forte apelo para a função de cuidadora do ambiente privado, ou seja, do núcleo familiar. É possível que a disseminação do livro seja o primeiro passo para a segunda onda.

A retomada das atividades feministas é iniciada nos Estados Unidos e posteriormente tornou-se um movimento mundial, com a maior força na Europa e em partes da Ásia. Essa onda é marcada pela ampliação do debate sobre os direitos sociais das mulheres, das questões como a sexualidade e os direitos reprodutivos; família incluindo as desigualdades na relação conjugal e o divórcio; mercado de trabalho; a violência doméstica e

não se aplicava para todos, como por exemplo, as mulheres que participaram ativamente das lutas e tiveram o direito de cidadania negado. A atitude dos revolucionários do sexo masculino levou as mulheres que estiveram na frente de batalhas durante a guerra a se organizarem para o enfrentamento da submissão e opressão que permaneciam no cotidiano da cultura francesa. A liderança da organização - Olympe de Gouges foi assassinada por apresentar a declaração elaborada pelas mulheres, porém as elas se mantiveram na luta. Esse processo influenciou a organização de mulheres em diferentes países como o Reino Unido onde a luta era por direitos contratuais de propriedade e políticos.

² Simone de Beauvoir – uma escritora francesa, filósofa existencialista, ativista feminista que na década de 1940, publicou o livro que tratava das condições das mulheres na sociedade patriarcal, questionando a lógica adotada na sociedade de “mulher sexo frágil”, é que por conta da capacidade de reprodução, sua cidadania era relegada ao segundo plano, concluiu que se tratava de mitos sobre a capacidade feminina. O livro foi publicizado na década de 1950 influenciando outros estudos.

³ Betty Friedan – uma escritora americana, psicóloga que sob a influência do livro da Beauvoir, desenvolveu uma pesquisa sobre as condições da mulher nas décadas de 1940 e 1950, onde conclui que pós guerra a mulher é motivada à assumir o papel do lar e ter zelo pelo núcleo familiar, o apelo acontece, sobretudo, pela imagem da mulher cuidadora veiculada na mídia, causando danos psicológicos para muitas. O seu livro foi lançado em 1963, início da segunda onda.

sexual; a questão racial. Todos os temas fazem parte de um conjunto de bandeiras das lutas sociais do período envolvendo justiça por reconhecimento, redistribuição e representação.

A segunda onda no século passado atravessa cerca de 40 anos em um contexto marcado pelo neoliberalismo que influenciou o processo de construção do feminismo plural, contando com teorias tanto de uma linha mais conservadora, como o feminismo mais radical, incluindo a luta das mulheres negras e das trabalhadoras contra o capitalismo neoliberal. Fraser(2009), conclui que é possível que o feminismo tenha ao longo da história proporcionando mecanismos para repensar o papel da mulher na sociedade mediante a perspectiva da pluralidade, incluindo o reconhecimento da diversidade de gênero e raça nas discussões.

Outro aspecto da segunda onda é a presença mais forte do movimento de mulheres negras no feminismo, trazendo a necessidade da incorporação do reconhecimento de que a opressão da mulher negra é diferente da opressão da mulher branca. Estudos como da Ângela Davis(1981) aponta que esse processo vem de longe, sendo que a mulher negra além de participar da luta geral pelo enfrentamento da discriminação racial, no interior do movimento feminista, luta para que as suas necessidades sejam incorporada no feminismo.

A década de 1980 marca bem o período, as mulheres enfrentam as ruas para exigirem direitos sociais e políticos, sob o slogan “O pessoal é político”, inicia diferentes atividades e traz o debate da questão do público e privado. Considerado uma fase importante para as questões feministas por representar o período que o movimento repensa não só as ações e bandeiras de luta, como traz para o palco das discussões as questões que já foram levantadas por gerações anteriores, por exemplo, a participação política das mulheres, o papel e a função da mulher nas diferentes culturas. Assim como no campo teórico, as divergências acontecem por conta da apropriação do neoliberalismo de algumas questões do feminismo.

Na década de 1990 surge a terceira onda com ênfase no debate iniciado no período anterior sobre as questões essencialistas no interior do próprio feminismo, sobretudo em relação a concepção de um feminismo que não considera a diversidade, há o enfrentamento nos espaços para a inclusão das questões raciais, discussões sobre teoria da diferença, sexualidade, estupro, patriarcado e sexualidade, além desses temas, outras questões vão ampliar a discussão, entre elas a categoria “empoderamento”. São áreas temáticas que passam a alimentar as discussões acadêmicas e a intervenção de grupos feministas.

Diante desse processo, ocorre a concentração na “micro política”, onde as primeiras legislações de âmbito internacional começam a dar frutos e fortalecer as lutas feministas, como

por exemplo, no Brasil as políticas públicas começam a ser institucionalizadas, ou seja, surgem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Cabe esclarecer que as ações da “micro política” estão voltadas para as questões de sexismo, racismo e heterossexismo enraizados em práticas individuais, em grupos e organizacionais em diferentes culturas.

Ainda faz parte das reflexões internas do movimento na terceira onda as questões relativas ao reconhecimento das diferenças provocando a redefinição de estratégias de lutas e ampliação de pesquisas voltadas para a micro história com foco no feminismo. O conceito da interseccionalidade utilizado principalmente pela Kimberlé Crenshaw(2012) na segunda onda é difundido. Debates sobre as questões teóricas envolvendo abordagens pós estruturalistas da sexualidade e ampliação de estudos sobre gênero fazem parte desse processo.

A quarta onda do feminismo é recente e ainda na fase dita inicial, se apresenta com a forte presença da juventude e do uso de tecnologias e das redes sociais para divulgar e chamar as mulheres para a luta contra o assédio sexual, a violência contra a mulher, incluindo o estupro coletivo. Ao mesmo tempo é a fase que as mulheres tomam a frente das lutas para questionar o ultraconservadorismo. Uma das produções mais recente que circula pelo mundo é o manifesto publicado em 2018 por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser intitulado “*Feminismo para os 99% - Um Manifesto*”, já presente nas grandes mobilizações do Brasil.

Quanto ao processo de luta no Brasil, o movimento de mulheres passa a ser reconhecido na primeira onda com a luta sufragista que conquista o direito das mulheres de votar e ser votada. Bertha Lutz, considerada a maior liderança feminista entre a década de 1920 e 1930, assumiu a cadeira de deputada federal em 1936. Não foi a primeira mulher eleita, porém apresentou iniciativas para designar propostas de políticas públicas para as mulheres. Foi uma conquista que durou pouco tempo, logo veio o golpe de 1937, fazendo com que a proposta ficasse no papel.

Após esse período o movimento se manteve na luta por direitos, e seguiram por cinco décadas, mesmo diante de diferentes obstáculos envolvendo preconceitos e discriminações e possível identificar algumas conquistas que foram em função de legislação como a lei do divórcio e direitos trabalhistas, mesmo que parcial. (Mello e Thomé 2018, pág. 150-151). Cabe enfatizar que as mulheres participaram ativamente de diferentes processos de lutas e sofreram as mais severas violências, inclusive sexual por conta das ditaduras que atravessaram a história do Brasil.

O fortalecimento da luta só acontece na segunda onda, principalmente na década

de 1970, conforme já mencionado, o período em que literaturas como a “Mística Feminina” de Betty Friedan é publicizado, o livro é lançado, mais precisamente em 1960, sendo considerada por algumas feministas a pedra fundamental do movimento norte-americano da época. Outras obras que foram publicizadas, como o 2º volume do livro o “Segundo sexo” da Simone de Beauvoir em 1949, sob o título “Não se nasce mulher, torna-se mulher” motivou a disseminação de novas ideias feministas, abrindo o debate sobre a lógica binária no âmbito internacional e no país. Ambas contribuições fortaleceram as organizações de mulheres. Sob a influência dessas reflexões voltadas para os papéis sociais com base nas diferenças sexuais, o movimento no Brasil inicia o processo de reivindicar políticas públicas para as mulheres. A base das bandeiras de lutas específicas era a reparação de danos, em especial, as desigualdades com base nas relações de gênero.

Neste caso, as feministas no mundo ocidental nas décadas de 1960 e 1970 levantavam bandeiras de igualdade salarial; autonomia no campo da sexualidade; a valorização do espaço privado enquanto um espaço político; seguindo essa linha as brasileiras ampliam a participação no território nacional, atuando ativamente em diferentes lutas fazendo ecoar gritos de contestação e de criação de novos valores no campo da sexualidade e da moralidade.

As conquistas de âmbito nacional desse período de mobilização envolvem legislações específicas como a Lei do Divórcio de 1977, que trata da liberdade de escolha de abrir mão de uma relação conjugal que não deu certo. Esta legislação favorece ambas as pessoas do relacionamento, e não somente a mulher ou o homem. Outra conquista foi a mudança na legislação da lei trabalhista que incorporou, parcialmente, os direitos de empregadas (os) domésticas (os), previstos na Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). (Mello e Thomé, 2018)

As mulheres organizadas, sobretudo as feministas no Brasil mergulhavam na campanha que já era de acesso em parte do mundo mediante o slogan “o privado é político; abraçaram a luta por melhores condições de vida, podendo ser percebida a diversidade e a complexidade em diferentes frentes que resultou na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e das primeiras delegacias especializadas de atendimento à mulher.

Levando em conta o que Fraser (2007) aponta como um caminho para se pensar um modelo de política de reconhecimento das desigualdades e políticas de redistribuição, a elaboração da lei de criação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres(CNDM), já na década de 1980, representa uma ferramenta importante, pois tem a finalidade de pensar

mecanismos de participação das mulheres em atividades econômicas, sociais, culturais e políticas na sociedade.

A atuação do CNDM se ocupa com a garantia de participação das mulheres na luta por bandeiras amplas envolvendo o campo da redistribuição e na luta por reconhecimento, considerando que a condição de membros de um grupo para superação da desigualdade e da superação da relação de subordinação e opressão requer ações concretas. No caso do Brasil as políticas públicas, incluindo legislações específicas que atravessam as últimas ondas do movimento feminista.

3 Políticas Públicas para as mulheres

As primeiras políticas para as mulheres surgem na década de 1980, porém anterior ao processo de reconhecimento dos direitos sociais das mulheres, em outras palavras, anterior a Constituição de 1988. As primeiras iniciativas foram os Conselhos de Direitos das Mulheres nos estados e o do país. Entre eles temos o de Minas Gerais - o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais - que foi criado pelo Decreto nº 22.971 em 24 de agosto de 1983, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher pela Lei nº 7.353, criado em 29 de Agosto de 1985 e o do Estado do Rio de Janeiro - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, criado por decreto lei de nº 9.906 em junho de 1987. Todos inicialmente com a finalidade de elaborar e implementar políticas públicas voltadas para a garantia e oportunidades de direitos às mulheres tendo em vista o pleno exercício da cidadania.

A outra política pública implementada enquanto fruto das lutas sociais do movimento de mulheres, antes da incorporação do reconhecimento das desigualdades de gênero na constituição de 1988, são as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. A primeira delegacia foi criada em São Paulo sob o nº de decreto 23.769, em 6 de agosto de 1985. A partir da sua criação outros estados criaram as delegacias especializadas, sendo a segunda iniciativa do Espírito Santos pelo decreto nº. 2.170, de 24 de outubro de 1985. O estado do Rio de Janeiro criou a 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em 1986.

A constituição Federal de 1988 alterou significativamente a condição de se pensar as políticas públicas para as mulheres na sociedade brasileira ao promover mudanças na legislação que possibilitou a introdução dos direitos das mulheres na Carta Magna. Esse período contou com a disseminação de ideias sobre gênero, movimento feminista mediante

pautas de discussões voltadas para o reconhecimento, redistribuição e representação no âmbito internacional incluindo as discussões teóricas que são retratadas nas análises de Fraser (2007), que apontam a importância de se trabalhar a questão a partir da ligação direta dessas duas categorias, entendendo que não basta apenas o reconhecimento da desigualdade é preciso o processo de reparação de danos, com a redistribuição no campo da produção e reprodução, sobretudo, a econômica. Outro aspecto pautado no mesmo período refere-se a questão da participação ou não de feministas em espaços institucionalizados pelo poder estatal.

Foi no bojo dessas discussões no território nacional que surge a preocupação com as políticas específicas para a promoção e defesa dos direitos das mulheres, defendendo que estas não fossem pontuais, e sim garantir nas políticas “universais”, ou seja, na saúde, na educação e no trabalho a inclusão das demandas envolvendo as questões de gênero em sua diversidade.

Neste caso a política pública começou a ser pensada e concretizada enquanto forma de mudar as estruturas que subordinam as mulheres em diferentes aspectos, daí surgiu a ideia de criação de um organismo específico que articulasse as políticas instrumentalizando as ações para a desconstrução de relações desiguais na sociedade. Este deveria manter os canais de discussões com o movimento através de atividades de controle social, inclusive é uma proposta que surgiu a partir do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Um dado importante lembrando por Bandeira e Melo (2010, pág.38) sobre esse período, é que na década de 1990, mais especificamente na era Collor, o Conselho sofre um esvaziamento perdendo a sua capacidade administrativa e o poder de executar políticas públicas voltadas para o campo do direito social por conta da redução orçamentária.

A mudança desse quadro acontece a partir de 1994, que segundo as autoras mencionadas acima, mais precisamente a partir da organização de brasileiras para garantir a participação do país nas conferências internacionais de Cairo⁴ (1994) e de Beijing⁵ (1995). Ambas as conferências serviram de mecanismos de diálogo das feministas de diferentes

⁴ A Conferência conhecida como Cairo foi realizada em 1995, trata-se da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento que não adotou a modalidade de Declaração e sim de uma Programa de Ação como resultado do evento. E nesta Conferência que consagra a concepção de direitos reprodutivos e traz em seu conteúdo as agendas prioritárias das mulheres organizadas em diferentes espaços do mundo.

⁵ A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz aconteceu na China, na cidade de Beijing (Pequim) e foi organizada pelas Nações Unidas em 1995 com ampla participação de governos e representações de Organizações Não-Governamentais. Foram tratados diferentes temas e foram considerados principais: Mulher e pobreza, educação, violência contra a mulher, direitos humanos das mulheres e economia. Foi quando a ONU reconhece o conceito de gênero com foco nas mulheres para a agenda internacional e passa a adotar como forma de empoderamento das mulheres e a transversalidade das políticas públicas com o recorte de gênero.

países. No Brasil, proporcionou a rearticulação do Conselho Nacional e a inclusão da discussão de criação de um organismo específico para cuidar das demandas oriundas da agenda do movimento de mulheres que apresentou a proposta do Programa Igualdade de Direitos da Mulher com base nas conferências, obtendo a resposta em 2002, através da criação da Secretaria Especial de Mulher (SEDIM) vinculada na Secretaria de Justiça. Com a nova estrutura de governo em 2003, já no governo Lula, que a SEDIM passou à condição de Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) sob a lei nº 10.683, publicada em 28 de maio de 2003, ligada diretamente à Presidência da República já com status de Ministério e com autonomia e orçamento próprio (Bandeira e Melo, 2010:35).

Uma das primeiras iniciativas foi a chamada para a 1ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres em 2004 resultando no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2007 as mulheres organizadas, em diferentes espaços geográficos, avaliaram a execução do Iº Plano e na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres modificaram e ampliaram as propostas de políticas para as mulheres. A delegação teve a oportunidade de avaliar como as propostas foram executadas e aprovaram a segunda versão do plano com ampliação de eixos temáticos, conseqüentemente ampliação de políticas públicas voltadas para a cidadania feminina, ou seja, novos desafios para que a meta de implementar políticas fosse cumprida através da ampliação de direitos garantindo cidadania às brasileiras.

Em 2011 acontece a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres com aprovação de metas, objetivos e ações com base nos princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres enquanto elementos fundamentais para o rompimento de práticas patriarcais, que ao longo dos últimos séculos, manteve as desigualdades sociais nas relações de gênero.

A 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu em um contexto totalmente diferente das demais conferências, tanto em relação a conjuntura, quanto as preocupações que nortearam todas as etapas da conferência. As três primeiras conferências que ocorreram no país estavam em um momento político mais favorável para inserção das políticas públicas para as mulheres na agenda governamental nas esferas municipal, estadual e nacional. A mesma acontece no período que o país passou pelo que o mundo intitulou de golpe, na medida em que a Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita pelo povo para ser a chefe da nação brasileira foi afastada. Além do cenário político e econômico, essa conferência não tinha uma preocupação em avaliar as ações do plano com as mesmas orientações das anteriores. O objetivo desta era pensar as estratégias de fortalecimento das

políticas públicas em questão e a democratização da participação das mulheres nas diferentes esferas institucionais, bem como, na dinâmica de controle dessas políticas públicas e nas suas múltiplas formas de organização e de manifestação.

Assim, um aspecto importante a ser ressaltado é que mesmo com a ampliação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento, a redistribuição ou representação relativas aos direitos femininos, ainda persiste e resiste no cotidiano das mulheres as diferentes formas de opressão e discriminação por conta das relações de produção e reprodução na sociedade. É nesse contexto histórico que atravessa a política pública para a mulher no território brasileiro e que a profissão de serviço social vai ampliando a sua forma de atuação junto as questões de gênero com foco na mulher.

4 Atuação de profissionais do serviço social nas políticas públicas para as mulheres

As políticas públicas para as mulheres no Brasil são em sua maioria políticas sociais que tem como mola motivadora da sua execução, respostas ao nível elevado de desigualdade que as mulheres enfrentam nas relações de produção e reprodução da vida em diferentes aspectos no cotidiano da sociedade. E as (os) assistentes sociais atuam nessa área contribuindo com o processo de construção de uma nova cultura de cidadania, reconhecendo que as desigualdades são frutos das relações capitalistas e atuando para a inclusão por redistribuição e/ou representação da população feminina em diferentes espaços.

A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia, o que certamente encontra-se na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. Ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe – acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais –, às quais não estão imunes as políticas sociais públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 404).

É nesse contexto de radicalização das questões sociais que aponta Iamamoto (2009) que profissionais do Serviço Social se coloca nas múltiplas expressões coletivas defendendo a concretização de demandas levantadas pelo movimento de mulheres no Brasil, mais especificamente, no processo de garantia e promoção dos direitos sociais. A atuação

nessa linha de orientação de forma mais presente na década de 1980, atuando nas políticas sociais, como os Conselhos de Direitos das Mulheres, nos serviços de enfrentamento da violência contra a mulher e nos programas voltados para a saúde da mulher, posteriormente, conforme ampliação das políticas públicas para as mulheres há o crescimento da presença de assistentes nos novos serviços, assim como, na gestão dessas políticas.

Com a ampliação das políticas públicas oriundas das conferências que aconteceram nas esferas municipais, estaduais e federal, o serviço social é chamado para atuar na interdisciplinaridade visando instrumentalizar as ações para a desconstrução de relação desiguais na sociedade. Com base na reflexão de Yazbek (2009) constatasse que a atuação ocorre em um ambiente de relações complexas onde a política representa, assim como, o diverso e o contraditório, pois a própria política que trata o artigo está em constate reelaboração criando e recriando formas de permanência assim como a profissão de serviço social.

Um aspecto importante é que assim como o movimento feminista reviu as suas prioridades, fazendo com que a agenda governamental abrisse espaço para a inclusão das políticas sociais voltadas à cidadania da mulher, a profissão também passou por transformações que, historicamente, se inicia na segunda metade de 1960, porém a maior influência ocorreu na década de 1980, influenciando tanto na grade curricular de formação da profissão, como na prática direta de profissionais da área. O maior instrumento do processo foi o novo código de ética aprovado em 1993. Considerasse que este processo reconhecido como reconceituação, serviu de base para a construção de um projeto ético-político do serviço social, que se materializou a partir dos princípios e valores que norteiam a função social, objetivos, conhecimentos teóricos, normas e práticas a partir de três dimensões que se articulam entre si: a dimensão da produção de conhecimento no interior da profissão; a dimensão político organizativa da categoria; e a dimensão jurídico-política do serviço social. (Cress 7ª R-RJ, 2005 p. 402) .

Com essa concepção de uma intervenção comprometida com um projeto ético-político onde o reconhecimento da liberdade é o valor ético central, envolvendo autonomia, emancipação e expansão das pessoas sociais a profissão de serviço social vai se inserindo na agenda governamental de política pública para as mulheres, ocupando cargos de gestão, coordenação e espaço de atendimento com escuta qualificada na área.

Esse processo de intervenção de profissionais de serviço social nas políticas para as mulheres pode ser observado na política de enfrentamento da violência contra a mulher,

nos diferentes estados que compõem o território brasileiro. Nas últimas três décadas ocorre a ampliação da presença do serviço social em diferentes serviços especializados de atendimento à mulher, seja no atendimento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs, nos abrigos específicos para as mulheres, nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs, ou nos programas/serviços na área da justiça e saúde, atuando juntamente com as áreas de psicologia e direito, na gestão ou monitoramento da política.

Contudo, não se pode perder de vista que após a 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, o projeto que foi desenhado ao longo das duas últimas décadas resultando nas diferentes versões do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que contribuiu com a ampliação da intervenção de profissões como a do Serviço Social, vem sofrendo ataques na onda de conservadorismo que cerca a agenda governamental, trazendo de volta e com força as questões que aparentemente estavam em processo de superação nas relações sociais, incluindo o patriarcalismo compreendido enquanto um instrumento de opressão da mulher na sociedade. Essa situação requer da profissão cuidados com a intervenção e a compreensão do papel profissional diante do lugar que ocupa nessa política específica.

5 Conclusão

Conforme as questões que apresentamos nesse texto, as políticas públicas para as mulheres cresceram na agenda governamental em um processo contraditório, onde desafiou as relações de produção e reprodução da vida em sociedade. É claro que o movimento feminista que sempre se manteve em alerta contribuiu para o lugar que a política ocupou nas discussões sobre prioridades da política governamental, porém hoje não se sabe ao certo o rumo dessas conquistas, apesar desse movimento representar uma grande força de mobilização da população para o enfrentamento das questões que cercam os direitos sociais, as políticas públicas vem passando por graves ameaças de continuidade devido a orientação político-ideológica que cerca a agenda governamental do país.

Assim, é possível perceber diante da ofensiva do conservadorismo nas políticas públicas para as mulheres, que a atuação da profissão encontra-se em um período crucial da sua trajetória na área temática, sendo necessário alimenta-se das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo construindo nas últimas décadas e que mudou o perfil da

atuação profissional do serviço social no Brasil, é obvio que o próprio projeto, também precisa ser atento ao processo de manutenção dos valores que cercam o as normativas da profissão e se manter em constante vigilância.

Referências

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%** - Um Manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias. Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

CRENSHAW, Kimberle. **Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**, 2012. <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GRESS 7ª R – RJ. **Assistente Social: ética e direitos**. Rio de Janeiro, 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda, 2005. (Coletânea de Leis e Resoluções – Inclui texto sobre o Projeto Ético-Político)

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio- ocupacionais do assistente social In.: CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <<http://www.livros.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

FRASER, Nancy. Justiça Anormal. **R. Fac. Dir. Univ. São Paulo**, v. 108, p.739-768. jan/dez.2013.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Debora. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

YASBEK, Maria Carmelita. O Significado sócio- histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS **Serviço Social**: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

Recebido em: 01/09/ 2019

Aprovado em: 07/01/2020